

'O gasto público cresceu 59% desde 94'

O segundo governo FH corrigiu o desequilíbrio fiscal e o desajuste das contas externas, diz economista

ENTREVISTA

Fabio Giambiagi

Carter Anderson

O GLOBO: O governo Fernando Henrique foi austero?

FABIO GIAMBIAGI: Em termos fiscais, temos dois governos muito diferentes: o período 95-98 e o período 99-2002. No período 95-98, houve déficit primário. Aquilo que se gastava, mesmo tirando os juros, era maior do que aquilo que se arrecadava. No segundo governo, houve um superávit primário de 3,5% do PIB, em média. Mas há dois denominadores comuns aos dois períodos. O primeiro é que a dívida pública cresceu. Não houve um único ano em que a dívida pública não tenha sido maior do que no ano anterior. No período, passou de 30% para 60% do PIB. O segundo é que o gasto público também cresceu todos os anos.

• De quanto foi esse aumento de gastos?

GIAMBIAGI: O gasto público cresceu 59%. Nos oito anos de governo, tivemos em números redondos o crescimento do gasto primário de 6% ao ano, em média. O crescimento médio do PIB foi de 2,3% ao ano. Ou seja, a relação gasto/PIB aumentou de forma contínua no período.

• Onde o gasto público aumentou mais?

GIAMBIAGI: Esse crescimento se divide em quatro grandes rubricas: crescimento das transferências para estados e municípios, de 9% ao ano; dos gastos com o INSS,

• Autor de um estudo sobre as contas públicas e a política fiscal implementada nos últimos oito anos, o economista Fábio Giambiagi, do BNDES, concluiu que o gasto público primário federal (excetuando-se o pagamento de juros) é hoje 59% maior do que em 1994. Esse aumento, diz o economista, foi financiado pelo aumento de impostos e da dívida pública. Com a crise de janeiro de 1999, afirma Giambiagi, o governo corrigiu rumos e optou por um caminho que, segundo o economista, deve continuar a ser trilhado.

— O segundo governo FH vai passar para a História como tendo corrigido os dois problemas principais do primeiro: o desequilíbrio fiscal e o desajuste das contas externas.

de 7% ao ano; do gasto com pessoal, de 3% ao ano; e dos outros gastos, de 7% ao ano. Essa é uma questão crucial.

• Por quê?

GIAMBIAGI: Porque estamos esperando uma mudança de governo num país em que a dívida pública dobrou em oito anos. Se o próximo governo assumir com a premissa de que foram anos de arrocho, e que agora vamos gastar e saldar a dívida social, entraremos num terreno muito perigoso. Essa premissa (de que houve arrocho) é falsa: em oito anos o aumento do gasto foi financiado por uma combinação de aumento da carga tributária e da dívida pública.

• Essa combinação pode continuar?

GIAMBIAGI: Não vejo espaços para novos aumentos da carga tributária. E a dí-

20-02-98



GIAMBIAGI: "O país foi colocado nos trilhos"

vida pública cresceu a um ponto que já é problemático. Se o gasto continuar aumentando acima do PIB, só vai sobrar uma opção, que é a inflação.

• Qual foi o aumento da carga tributária?

GIAMBIAGI: Incluindo estados e municípios, a carga tributária passou de 24% do PIB para 33%, 34%. Se considerarmos apenas o governo federal, passou de 19%, em 1994, para 24%. De forma simplifica-

dora: passamos de um resultado primário zero, em 1998, para um superávit primário de 4% do PIB, hoje, porque as receitas do governo federal aumentaram de 20% para 24% do PIB.

• Mas não houve um controle de gastos? O funcionalismo público diz que foi vítima de um arrocho salarial.

GIAMBIAGI: Essa discussão está cercada de vários mitos. O primeiro é essa idéia de que houve arrocho. É um contra-senso lógico e uma agressão à aritmética dizer que o funcionalismo ficou com o salário congelado por sete anos, quando se sabe que a despesa com pessoal em termos nominais aumentou em algumas dezenas de bilhões de reais. Os servidores ativos perderam nesse processo. Só que o crescimento dos gastos com inativos mais do que compensou a perda com ativos.

• Como o senhor avalia as reformas implementadas a partir da crise de 1999?

GIAMBIAGI: O país foi colocado nos trilhos. Hoje, se vê em curso um ajuste fiscal importante e um conjunto de reformas importantes que foram aprovadas, tendo como marco a Lei de Responsabilidade Fiscal. Há um arcabouço adequado, baseado no tripé metas de inflação, ajuste fiscal e flutuação cambial. É preciso manter o coração dessas políticas. O segundo governo FH vai passar para a História como tendo corrigido os dois problemas principais do primeiro: o desequilíbrio fiscal e o desajuste das contas externas.

• Essa é a herança do governo Fernando Henrique?

GIAMBIAGI: Se o próximo governo tiver a percepção de que havia um problema de rumo, corrigido em 1999, temos tudo para ter um excelente desempenho macroeconômico a partir de meados do ano que vem. Mas se prevalecer a idéia de que esses oito anos foram um desastre e de que é necessário uma guinada de 180 graus, teremos problemas. ■